



Barragem do Rio São Bento, localizada em Siderópolis, pode alavancar a atividade turística integrada à preservação ambiental na região Sul. Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Dado Cherem (PSDB), realizou audiência pública em Nova Veneza, reunindo deputados estaduais, federais, prefeitos, vereadores, secretários e representantes de estatais, empresários e representantes da sociedade civil organizada para discutir uma proposta de Plano Diretor Turístico para a área da Barragem.

Página 5

TVAl completa quatro anos

O presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), ocupou a tribuna na tarde de quarta-feira (22) para felicitar a TVAl, que comemora quatro anos de existência no sábado (25).

Todos os parlamentares manifestaram-se em apertes parabenizando e salientando o importan-

te papel do veículo na relação do parlamento com a sociedade.

Morastoni assinalou que a TV está cumprindo com o objetivo de ampliar a transparência do Poder Legislativo, estabelecendo maior interatividade entre o Poder, seus parlamentares e a sociedade. (TK)



Uso de transgênicos e agrotóxicos foi tema de Seminário realizado pela Comissão de Agricultura e pela Ucavi, em Rio do Sul.



Página 5

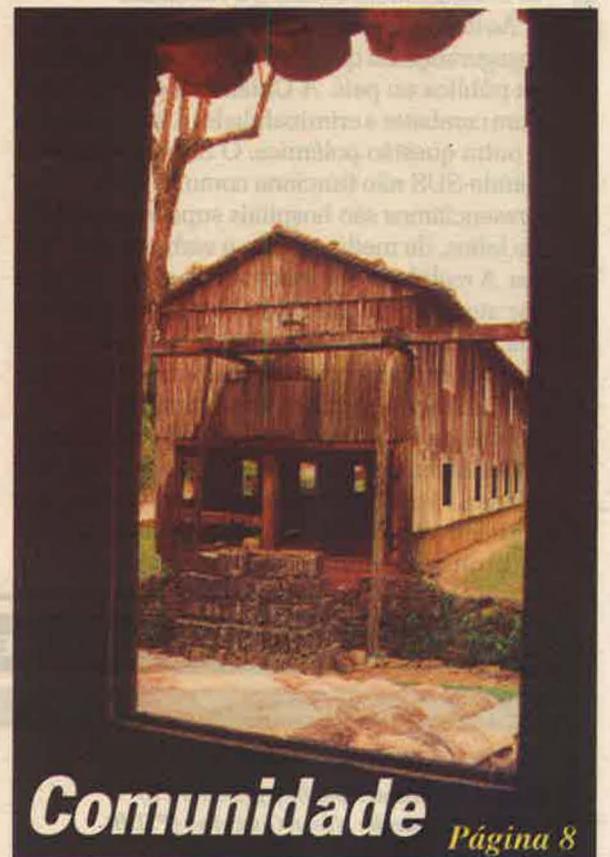
CPI da Casan

Advogado presta testemunho em clima tenso

Atual chefe do Conselho Jurídico da empresa, o advogado e engenheiro Aloísio Paulo Cipriani, se disse magoado e injustiçado pelas matérias da imprensa sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Casan que investiga o alto valor do passivo trabalhista, assinalando que a imagem dos advogados e do departamento jurídico da empresa estão sendo denegridos.

Inicialmente, negou-se a responder os questionamentos dos deputados, alegando prerrogativas profissionais e constitucionais. O depoente ainda ameaçou processar quem utilizasse seu nome e imagem. Mas, com o andamento da reunião, acalmou-se e prestou informações que, segundo o presidente da CPI, deputado Dionei Walter da Silva (PT), foram importantes para a investigação da Comissão.

Página 4



Comunidade

Página 8

Udesc

Nepotismo e cobrança comprovados em depoimentos

Página 4

Cautela e responsabilidade!

Tratar dos transgênicos sem pensar em ética, ecologia, saúde, economia, política e ciência é um grande erro. A quem realmente interessa a transgenia? Quem será beneficiado? Os transgênicos são organismos geneticamente modificados, criados em laboratórios especializados em engenharia genética, através da manipulação do DNA de vegetais, animais, bactérias, fungos, algas e minerais, sendo o resultado, um produto não natural, criado pelo homem. Até o momento, o meio científico não foi capaz de precisar os riscos desses organismos para a saúde e o meio ambiente. É importante que a discussão aconteça do ponto de vista econômico - o que o Brasil ganha com a liberação do plantio? A multinacional Monsanto detém as sementes transgênicas e cobra royalties dos agricultores. Do ponto de vista médico - qual o real risco à saúde de quem consumir produtos transgênicos; do ponto de vista ecológico - como afeta o meio ambiente? A União Européia é contra o consumo de produtos modificados geneticamente; a Nestlé - maior empresa de produtos alimentícios - já declarou não mais utilizar produtos transgênicos. A economia

agropecuária de Santa Catarina está baseada na produção de grãos para alimentação humana e criação de animais, fornecedores de leite e carne, destinados à exportação. A Europa e Ásia são nossos maiores importadores, mas rejeitam produtos transgênicos. Será interessante para nosso estado produzir alimentos que não terão compradores?

Urge a necessidade de muita cautela e responsabilidade, a fim de que questões como os riscos ambientais, a dependência econômica em relação às multinacionais, o pagamento de royalties, a subserviência agrícola a outro país, o quanto a saúde da população será ameaçada, sejam amplamente esclarecidas. No meio de tanta polêmica, uma coisa está clara, a dúvida e a falta de esclarecimento do assunto permanecem, demonstrando que precisamos de pesquisas conclusivas, provando os efeitos positivos ou negativos dos transgênicos, para então, liberar ou não o plantio e a comercialização.

Não podemos esquecer que qualquer intervenção, acidental ou provocada, na estrutura de um organismo, pode gerar reações desconhecidas e inesperadas.

Deputado Paulo Eccel (PT)

A crise do estado brasileiro

O Brasil, embora sendo um país em desenvolvimento com altos índices de analfabetismo e uma saúde pública precária, é também, contrariando a realidade apresentada, um dos países do mundo que mais cobra tributos. A carga tributária brasileira é compatível a da Suécia, por exemplo, onde a educação e a saúde são públicas e de qualidade. O valor pago pela população brasileira deveria ter como objetivo principal proporcionar saúde e educação de qualidade, minimizando as desigualdades sociais e a violência.

Ao falarmos em violência logo vem em mente a insegurança em que vivemos, o caos da segurança pública no país. A União está despreparada para combater a criminalidade. A saúde pública é outra questão polêmica. O Sistema Único de Saúde-SUS não funciona como deveria. O que presenciamos são hospitais superlotados, falta de leitos, de medicamento e verbas insuficientes. A realidade é que em caso de urgência, para ser atendido de imediato, é necessário ter um plano de saúde privado. Porém, a grande maioria não têm condições de pagar um plano de saúde. Educação é igualmente fundamental, com qualidade e acessível a todas as classes sociais.

Por esses e outros dados é que precisamos mudar o "quadro de falência administrativa" que o estado se encontra. Devemos idealizar um Estado que de condições dignas ao cidadão. Um

governo administrado de maneira democrática sem estar arraigado as elites. Não é utopia, pois estamos dando os primeiros passos para que isso aconteça. No meu primeiro mandato como parlamentar representante do Sul do Estado, dizia que sonhava com um governo para todos os catarinenses, da capital ao interior, descentralizado. E quando digo que democracia envolve a descentralização, estou dizendo que o interior deve participar da administração do Estado.

Infelizmente presenciamos a crise do estado brasileiro que se manifesta em todos os aspectos, principalmente no alargamento dos desníveis sociais, que aumenta os índices de desemprego, e faz do Brasil uma sociedade injusta. Essas desigualdades são certamente consequência da falência do modelo oligárquico e centralizador de administrar. Então, para solucionar esses, e tantos outros problemas a saída seria proporcionando qualidade de vida a população, igualdade de direitos e deveres, segurança. Erradicando a miséria, as desigualdades sociais, minimizando os índices de analfabetismo e consequentemente a violência e a marginalidade.

O que "lutamos e devemos aspirar", é a gestão participativa. O que devemos promover é a ética, cultivando os valores morais, os sentimentos nobres. O que devemos minimizar são as desigualdades.

Deputado Ronaldo José Benedet (PMDB)

Agostini recebe comenda

Como reconhecimento por serviços prestados "em favor do desenvolvimento da Aeronáutica e do País", foi outorgada ao deputado Onofre Agostini (PFL), vice-presidente do Legislativo catarinense, a admissão na Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Oficial. A comenda foi entregue ao parlamentar em solenidade no dia 23 de outubro, o *Dia do Aviador*, na Base Aérea de Canoas, Rio Grande do Sul.

Bastante gratificado, Agostini disse que a honraria concedida "sela um trabalho feito à instituição com muito afinco e dedicação. E demonstra que



Onofre Agostini

estamos no caminho certo. Sempre procurando o desenvolvimento do Estado e do País", justificou. (CLR)

Moção em solidariedade ao jornalista Cláudio Prisco

A demissão do colunista político Cláudio Prisco Paraíso pelo Sistema SBT e jornal O Estado provocou emocionados discursos de solidariedade e defesa da liberdade de imprensa nas sessões plenárias da semana. Os parlamentares que compõem a oposição fizeram uso da palavra para defender o jornalista que, segundo eles, foi demitido após publicar uma matéria a respeito de possíveis cargos federais que o governador Luiz Henrique da Silveira estaria pleiteando junto ao presidente da República, para a diretoria da Eletrosul. Em contraponto, o governador publicou uma carta na qual afirmou ter apenas tratado da liberação de recursos para obras com o ministro da Casa Civil, José Dirceu e que as afirmações do jornalista,

portanto, não eram coerentes.

Autor de moção em solidariedade ao jornalista, o líder do PFL, Antônio Ceron, argumentou que se duas grandes redes de comunicação sucumbiram ao poder do executivo, o que poderia acontecer com os colunistas dos jornais do interior. "Será que esses colunistas terão coragem de informar à população o que realmente está ocorrendo ou também ficarão com medo de perder o emprego?", questionou. A moção, que teve apoio das bancadas do PP e PT, ainda não foi votada. Já os peemedebistas defenderam o governador Luiz Henrique, afirmando que ele, como jornalista e grande defensor da imprensa, jamais usaria seu cargo para afetar pessoalmente um colega de profissão. (TK)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Matos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldô Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Morastoni em Brasília e Buenos Aires

(foto Secretaria de Articulação Nacional)



Morastoni e o ministro Berzoini

O presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), esteve em Brasília para tratar do pedido de revisão do cancelamento do certificado de filantropia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). A instituição teve o certificado cancelado, a partir de janeiro de 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) porque foram constatados problemas na destinação de bolsas de estudo para alunos carentes. Sem o certificado, a universidade será obrigada a recolher a cota patronal de INSS, que poderá chegar a R\$1,7 milhão/mês. Morastoni, acompanhado do reitor José Roberto Provesi, conversou com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini que disse ser possível revisar a decisão do Conselho.

“Informamos ao ministro que, além do trabalho de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido pela Univali, há também o trabalho social. A universidade incorporou a gestão do Hospital Infantil de Itajaí, que atende mais de 100 mil crianças daquela região - 90% pelo SUS”.

Berzoini sugeriu que a Univali encaminhe um recurso ao CNAS e ao próprio Ministério detalhando as ações sociais, com destaque para a assistência comunitária, o atendimento de alunos carentes e as ações na área da saúde.

Vôos charter - Morastoni teve na quinta-feira (23) encontro em Buenos Aires com o embaixador do Brasil na Argentina, José Botafogo Gonçalves e

demais conselheiros, e ainda com o Secretário Especial para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, para tratar da redução do valor da taxa de embarque dos vôos fretados entre o Brasil e a Argentina.

O valor desta taxa entre a Argentina e o Uruguai é de apenas 8 dólares, enquanto entre o Brasil e a Argentina chega a 66 dólares - 36 dólares para o Brasil e 30 dólares para a Argentina. “Podemos reduzir o custo da viagem em quase 50% se conseguirmos esse acordo e, desta forma, incrementar o turismo no Estado”, disse o presidente da Alesc.

Também participaram da viagem o deputado Dado Cherem (PSDB), o secretário estadual de Relações Internacionais, Roberto Colin e representantes de associações comerciais e industriais de Santa Catarina. (RMPP/FD/DAB)

Relações do Mercosul

A situação de ilegalidade de estrangeiros que vivem no país e o tratamento dispensado no atendimento aos turistas, foram os dois principais pontos de discussão na reunião convocada pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT) no dia 16, e que teve a participação dos presidentes das Comissões de Turismo, de Transportes e de Comunicação, Relacionamento Institucional e Mercosul, respectivamente os deputados Dado Cherem (PSDB), Reno Caramori (PP) e Celestino Secco (PP). Um grupo de trabalho, a ser constituído de representantes dos países do Mercosul e autoridades catarinenses, irá sistematizar sugestões para a solução em um documento que será apresentado em audiência pública a ser realizada no mês de novembro, na Assembléia.

Vários problemas relacionados principalmente ao

trânsito, saúde e negócios imobiliários, enfrentados por argentinos e uruguaios, foram relatados pelo cônsul da Argentina, Valmir Palmari, e pela chanceler do Uruguai, Maria Chiarino. Eles também alertam para a situação dos filhos de estrangeiros, dos quais está sendo exigido comprovante de residência legal no país para a matrícula na rede escolar. “Estamos buscando a integração através do Mercosul e não a segregação”, declarou o cônsul argentino. O representante da Polícia Federal, Roberto Mario da Cunha Cordeiro, esclarece que a instituição não é procurada para legalizar a situação dessas pessoas e que existe legislação determinando a proibição de matrículas a filhos de pais que estejam ilegais, além da aplicação de multas para as escolas. Ele explicou que a partir de 2004, essas pessoas também serão notificadas a deixar o país. (SD)

Homenagens

Santo Amaro da Imperatriz

(foto Solon Soares)



Prefeito Nilson Izidro e Djalma Berger

Em sessão solene, na segunda-feira (20), às 19 horas, o legislativo rendeu homenagem à cidade que conquistou o primeiro lugar do Brasil no quesito educação. Santo Amaro da Imperatriz, município da Grande Florianópolis, tem o melhor índice no país em taxa bruta de frequência à escola. Os dados foram pesquisados pela Organização das Nações Unidas (ONU), com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado recentemente. O percentual da cidade é de 107,69, o que indica, segundo o secretário de Educação, Saulo Becker, que além de todas as crianças de 7 a 14 anos do município, muitos alunos dos municípios vizinhos frequentam as escolas de Santo Amaro. Djalma Berger (PSDB), autor do requerimento, parabenizou o desempenho do município: “Essa cidade faz com que a escola torne-se a extensão da casa dos estudantes. Os professores trabalham com extrema dedicação, por que esse é um caminho árduo, que precisa de muita dedicação. O Clube do Livro é um projeto muito importante, é através dele que as crianças aprendem a gostar

da leitura”.

Programas de transporte escolar e esportivos ajudam a manter praticamente nula a evasão escolar. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 2007 todos os professores devem ter nível universitário, exigência que Santo Amaro da Imperatriz estipula como meta para 2005. Quinze escolas municipais são responsáveis pela frequência de 100%, entre crianças de 7 a 14 anos, tarefa cumprida pelas autoridades em 2002. (DAB)

Bombeiros

Bombeiros de 52 associações comunitárias do estado lotaram o plenário no sábado (18), para homenagear o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT) e também o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Eles receberam o título de presidentes de honra da instituição entregue pelo presidente da Federação Catarinense de Bombeiros Comunitários, Cezário Flores de Oliveira. Com este gesto agradeciam o empenho do Legislativo e do

Executivo na aprovação de projetos que reconhecem as entidades de bombeiros - comunitárias e voluntárias - como essenciais no dia-a-dia da população catarinense.

O projeto que regulamentou a concessão de subvenções sociais aos bombeiros comunitários e voluntários é de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB), que já foi anteriormente homenageado pelas associações que representam mais de cinco mil bombeiros catarinenses. (RMPP)

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)



Titon (na tribuna), e Morastoni com Cezário Flores

CPI da Casan vai a outras cidades

Carlos Agne

Os primeiros depoimentos da tarde do dia 20, em sessão que durou mais de cinco horas, foram das secretárias Márcia Regani Ceola, Braselícia Estácio Luz e Deise Meri Prazeres Borges e nada acrescentaram à Comissão, a exceção da citação do ex-chefe da secretaria geral da empresa, Luiz César Honorata, que ocupava o cargo quando do aparecimento de um ofício que apontava a Casan como réu confesso em ação trabalhista.

O quarto depoente, membro do Conselho de Administração, representante dos trabalhadores, Cláudio Ramos Floriani Júnior, apontou como origem do passivo trabalhista a má gestão administrativa e disse que havia comunicado a direção da empresa sobre o alto valor que resultaria dessas ações senão solucionadas a tempo, ratificando depoimentos de testemunhas anteriores.

Cipriani - O chefe do Conselho Jurídico da estatal, Aloísio



Cipriani forneceu informações importantes

Paulo Cipriani, última testemunha ouvida no dia 20, por pouco não causa tumulto na reunião da CPI da Casan. Inicialmente, negou-se a responder os questionamentos, alegando prerrogativas constitucionais e profissionais.

Discutiu com o deputado Antonio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP), mas, aos poucos, o clima foi se normalizando e, a partir das perguntas do relator Mauro Mariani (PMDB), Cipriani mudou a postura e apresentou dados que colabo-

raram com fatos novos no processo.

“O início foi meio tenso mas o depoente ajudou bastante com informações precisas sobre o que ocorreu e o que está ocorrendo para essa avalanche de ações trabalhistas”, avaliou o deputado Dionei Walter da Silva (PT), presidente da CPI.

Interior - A CPI da Casan esteve durante toda a quinta-feira (23), em Chapecó, onde colheu depoimentos que podem auxiliar a elucidar a origem do passivo trabalhista, que está provocando uma grave crise na empresa. Depois de Chapecó, os membros da Comissão viajam para outras cidades para tomar novos depoimentos. Os nomes das testemunhas não foram divulgados para evitar constrangimento. Os próximos depoimentos a serem prestados na Capital devem ser de ex-administradores que foram citados como responsáveis por má gestão e não cumprimento de determinações judiciais, mas a data e os nomes não foram definidos.

Irregularidades no ensino a distância

Tatiana Kinoshita

A segunda reunião da CPI da Udesc para ouvida de depoimentos, na tarde do dia 20, no plenarinho, contou com a presença de dois depoentes: a aluna do ensino a distância do curso de pedagogia em Joinville, Jaira Coppi, e o atual conselheiro do Centro de Estudos Educacionais (Cepec), Liberato Manoel Pinheiro Neto, que também é professor da Udesc. Os depoentes responderam aos questionamentos feitos pelo presidente da CPI, deputado Paulo Eccel (PT), pela relatora-adjunta, deputada Simone Scharam (PMDB), e pelos deputados Celestino Secco (PP), Julio Garcia (PFL) e Wilson Vieira - *Dentinho* (PT).

Segundo Jaira Coppi, as 400 pessoas que cursam pedagogia apenas inscreveram-se, e não passaram por nenhuma prova, pagando atualmente uma mensalidade de R\$ 120. “Compramos uma briga com a Udesc ao questionar porque precisamos pagar para uma universidade pública”, declarou.

A aluna também afirmou que a tutora de sua turma foi demitida por não permitir que

seus alunos fossem cobrados em sala de aula por mensalidades atrasadas. “Depois que os professores do ensino a distância foram demitidos, estamos sem aulas presentes e somos obrigados a tirar nossas dúvidas apenas com o novo tutor”, completou. Além disso, os alunos sabem que vários tutores que passaram em último lugar foram contratados pela instituição. “São parentes de coordenadores que trabalham na Udesc”, acusou.

Nepotismo - Já Pinheiro Neto, afirmou que todos os professores do ensino a distância passaram por uma prova e entrevista e que não havia informações sobre parentesco entre os contratados e pessoas que trabalhavam na Udesc. Entretanto, acabou ca-



Liberato, deputados Secco, Dentinho, Eccel e Simone

indo em contradição, ao revelar que uma das profissionais que trabalham no ensino a distância é sua filha. Liberato também assegurou que a universidade não cobra mensalidades atrasadas dos alunos e sim das prefeituras, que são as responsáveis pelo fechamento dos convênios.

O conselheiro do Centro de Estudos ainda disse à CPI que as diárias de viagens pagas aos professores se referem apenas aos dias trabalhados, e não o contrário, como a deputada

Simone questionou. “Quando um professor viaja, as diárias são solicitadas pelo Cepec ao departamento pedagógico da Udesc que encaminha para a reitoria, que decide quanto o professor vai ganhar pelos dias trabalhados”, explicou.

Um dos convocados para depor, professor Rogério Braz da Silva, não compareceu e não justificou sua ausência. O presidente Paulo Eccel disse que, ele será reconvoado e, se for necessário, será utilizada força policial para isso. (TK)

Fóruns

Adoção

Na tarde de segunda-feira (20), foi instalado o Fórum Parlamentar Permanente da Adoção, presidido pelo deputado Rogério Mendonça - *Peninha* (PMDB).

Participaram do evento a deputada Ana Paula Lima (PT), o deputado federal João Matos (PMDB), Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, juiz da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis, Lilian Pacheco S. Tiago, presidente do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Florianópolis (Geaaf), Arlindo Giacomelli, presidente da Associação Catarinense da Adoção e Mery Ann Furtao e Silva, secretária do Fórum Permanente da Adoção.

João Matos preside a Frente Parlamentar pela Adoção, com 106 deputados federais e senadores. Ele é autor de um Projeto de Lei (PL) que institui a Lei Nacional da Adoção. A proposta traz inovações como a adoção de crianças brasileiras por estrangeiros, e de adultos; assegura o direito da criança saber que é adotada, e modifica o registro civil. (DAB)

BR-101

A duplicação do trecho de 348 quilômetros da BR-101, do município catarinense de Palhoça a Osório, no Rio Grande do Sul, só sai se os governadores dos três estados sulinos juntarem seus esforços com as bancadas no Congresso Nacional. Este o principal entendimento tirado do encontro convocado pelo Fórum Parlamentar Catarinense, e realizado na segunda-feira (20) em Criciúma.

A rubrica da proposta orçamentária da União para 2004 destinada à duplicação prevê apenas R\$ 43 milhões para as obras, do total de R\$ 1,1 bilhão. A reunião lotou as dependências do auditório da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec), com a participação de prefeitos de praticamente todas as cidades da região Sul do Estado, vereadores, lideranças comunitárias, sindicais e empresariais. Conduzida pelo deputado federal João Pizzolatti (PP), coordenador do Fórum, o encontro contou com a participação dos deputados estaduais Manoel Mota (PMDB), José Paulo Serafim (PT), Clésio Salvaro (PSDB), Ronaldo Benedit (PMDB), Júlio Garcia (PFL), Joares Ponticelli (PP), Altair Guidi (PP) e Valmir Comin (PP), dos deputados federais Jorge Boeira (PT) e Leodegar Tiscoski (PT), do senador Leonel Pavan (PSDB), do vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, do secretário do Deinfra, Edinho Bez, e do secretário da Segurança Pública, deputado João Henrique Blasi. (MMV)

■ Transgênicos

Seminário em Rio do Sul

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Rose Mary Paz Padilha

A Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), e a União de Câmaras e Vereadores de Rio do Sul (Ucavi), promoveram na sexta-feira (17), no Clube Caça e Tiro de Rio do Sul, seminário para discutir a questão dos produtos transgênicos e agrotóxicos. Além dos deputados estaduais Dionei da Silva (PT) e Rogério Mendonça-Peninha (PMDB) e federais Luci Choinacki (PT/SC) e Cláudio Vignatti (PT/SC), o encontro registrou a presença de pesquisadores, engenheiros agrônomos, prefeitos, vereadores, representantes do Ministério Público e da Secretaria da Agricultura, sindicalistas, estudantes da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e agricultores daquela região.

Apesar de ser um assunto ainda desconhecido pela maioria da população, a transgenia já provoca muita polêmica. O professor e cientista Rubens Nodari, representante do Ministério do Meio Ambiente, alertou sobre as muitas dúvidas e divergências entre médicos e cientistas sobre

os riscos da transgenia para a saúde humana. Entre os exemplos, estão as alergias e a resistência à antibióticos. Nos Estados Unidos, o maior produtor mundial de transgênicos, reações alérgicas impediram a comercialização de soja que possuía gene de castanha-do-pará, que é um conhecido alergênico. Quanto aos antibióticos, para certificar-se de que a modificação genética deu certo, os cientistas inserem nos alimentos genes de bactérias resistentes a antibióticos, o que pode provocar o aumento da resistência à substância nos seres humanos que comem os transgênicos.

Agrotóxicos

A tecnologia que é usada na criação de produtos transgênicos é a engenharia genética e quem mais investe no seu desenvolvimento são as empresas fabricantes de agrotóxicos, que, na maioria das vezes, associam os transgênicos com determinados venenos agrícolas (agrotóxicos). A mesma empresa que vende transgênicos vende agrotóxico e, nesse ramo, a

Monsanto lidera. Os produtos da Monsanto foram responsáveis por mais de 90% do total da área plantada com transgênicos no mundo em 2001 (dados do Greenpeace). "A Monsanto vai encerrar suas atividades na Europa e está tentando empurrar essa carga para o Brasil, que é o segundo maior produtor mundial de soja. As sementes de soja transgênica estão sendo contrabandeadas e quem planta aqui deveria ir para a cadeia", criticou Luci.

O engenheiro agrônomo e florestal, Sebastião Pinheiro, especialista em Contaminação de Alimentos, disse que o agrotóxico surgiu como arma de guerra e não para o controle de pragas nas

lavouras. "Na Noruega, pesquisas mostram que crianças do campo aprendem menos que as da cidade, por causa do uso de agrotóxicos". Dois agricultores de Rio do Sul, Alcides Nazário e Angelo Dolzan, plantam hortaliças orgânicas, dispensando o agrotóxico. "Provamos que é possível produzir alimentos de qualidade somente com adubo

orgânico e em harmonia com o meio ambiente, como por exemplo, plantando flores e hortaliças de forma intercalada", garantiram. Pinheiro criticou, de forma incisiva, a Medida Provisória do governo federal. "A MP é fascista e a sujeira está na intenção de transformá-la em Lei para que a União assuma os royalties da Monsanto".



Deputados buscam subsídios para avaliar a questão

Barragem do Rio São Bento

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Dado Cheren (PSDB), realizou audiência pública para discutir a questão do Plano Diretor Turístico da Barragem do Rio São Bento, localizada em Siderópolis. O evento, proposto pelo deputado Valmir Comin (PP), foi no Complexo Turístico Balneário Ghelere, em Nova Venéza, no dia 16, e contou com a presença dos deputados Clésio Salvaro (PSDB), José Paulo Serafim (PT), Ronaldo Benedet (PMDB), do deputado federal Leodegar Tiscoski (PP), do secretário de Organização do Lazer, Gilmar Knaesel, do presidente da Santur, Jorge Meira, do diretor regional da Casan, César de Lucca, de vereadores e prefeitos da região, e representantes de diversos segmentos da sociedade do Sul do estado.

Na abertura dos trabalhos, Valmir Comin, que participou desde



Sociedade do Sul discute futuro do turismo e do meio ambiente

o princípio do processo das desapropriações, juntamente com outros parlamentares da região, relatou que a partir dos primeiros encaminhamentos para a construção da barragem do Rio São Bento sempre houve a preocupação sobre qual o rumo que seria tomado no futuro, para as

margens do reservatório. "Com a construção da barragem devemos nos preocupar com o ordenamento de seu entorno, provocando a criação de um Plano Diretor, e apostar no incremento do turismo, que vai reverter em qualidade de vida para a população local", destacou Comin.

Entorno

O engenheiro agrônomo, Luiz Augusto Portela Filho, apresentou projeto que elaborou, voluntariamente, para a idealização de um Plano Diretor Turístico para o entorno da barragem, levando em conta a utilização da área circundante e a preocupação com a água do reservatório. "Queremos, através desse plano, achar a melhor forma de agregar o turismo no processo da barragem sem prejudicar o meio ambiente", explicou. César de Lucca manifestou a posição da Casan, que apóia a iniciativa, desde que a legislação ambiental não seja descumprida.

O deputado federal Leodegar Tiscoski lembrou que a construção da barragem se deu graças a ação suprapartidária dos deputados federais e senadores catarinenses. Representando o gover-

nador do Estado, Gilmar Knaesel, informou que a atual administração está investindo na área do turismo e lazer e considera que a região possui plenas condições de ser pólo no setor, merecendo investimentos. "Recebi essa reivindicação de dez prefeitos da região e somos parceiros neste projeto. Não podemos fazer como aconteceu em Itaipu, onde não tiveram o cuidado com os resultados negativos do mau uso do espaço", ponderou o secretário.

Ao final da audiência, o deputado Cheren reforçou a satisfação com o resultado das discussões, acreditando que as ações para o Plano Diretor Turístico da Barragem do Rio São Bento devam iniciar imediatamente com a união de forças políticas e o envolvimento direto das comunidades atendidas. (CA)

Zé Diabo e as esculturas do paredão: uma obra para a eternidade

Carlos Agne

Aos 73 anos de idade, José Fernandes, aposentado por tempo de serviço depois de 39 anos de muito trabalho, o ilustre mágico das mãos que esculpiu o paredão, junto ao rio Tubarão, em Orleans, está sentindo que nunca mais poderá continuar seu apoteótico trabalho que realizou esculpindo as paredes rochosas e as transformando numa verdadeira tela ao ar livre, conhecidas mundialmente como *Esculturas do Paredão*. Por "falta de sensibilidade dos políticos", segundo ele, a obra que teria 1300 metros de comprimento, não vai ser acabada. É um conjunto de muita beleza e arte aberto a visitação permanente e projetada, não só Orleans, como Santa Catarina no cenário cultural e turístico nacional, sul-americano e mundial.

Mas, Zé Diabo, como ficou conhecido depois de pintar um quadro na parede de uma capela, a ilustração de um diabo brigando contra São Miguel Arcanjo, sente que fez sua parte e hoje é conhecido internacionalmente e já desfilou pelas páginas de grandes jornais, revistas e pelas imagens de inúmeras redes de televisão.

AL Notícias – Como você descobriu que nasceu com o dom de esculpir? Chegou a cursar alguma escola?

Zé Diabo – Bem, a história é a seguinte. Meu pai cortava pedra no outro lado do rio Tubarão e eu, com 12 anos de idade, quando não estava na escola, ia para junto dele. Naquela época, eu gostava muito de desenho e quando estava na pedreira, pegava pequenos pedaços de pedra e desenhava algumas carinhas, crucifixo e tartaruguinhas. Então, fazia o molde e passava a raspar e deixar em alto relevo. Acho que começou por aí. Mas não fiz nenhuma escola de arte. Sou um autodidata.

AL Notícias – Já tinha planos para esculpir o paredão?

Zé Diabo – Naquela época existia uma estrada de ferro junto onde se encontra o paredão. Mas, depois de uma grande enchente, resolveram tirar os trilhos e fazer uma estrada ao lado do rio e o morro e tiveram que dinamitar as pedras. Foi quando um dos operários que estava trabalhando no local morreu. Seus colegas



(fotos Alberto Neves)

procuraram homenageá-lo e entalharam na parede de pedra a inicial de seu nome. Olhei aquela

letra e pensei comigo que poderia fazer a mesma coisa pois sempre sonhei deixar alguma marca minha naquele paredão.

AL Notícias – E como você conseguiu deixar essa beleza no paredão? Levou muitos anos?

Zé Diabo – Ah, sim. Eu sempre fiquei com aquela idéia na cabeça e em 1977 botei ela no ar. Tinha um amigo que era radialista, o Carminatti, e contei a história desse sonho que tinha e ele me incentivou. Foi aí que o Padre João Dal'Alba se meteu e me questionou se eu queria mesmo fazer esse trabalho. Quando foi em junho de 1980, eu estava trabalhando na igreja de Nova Veneza, fazendo restaurações e pintando, ele disse que conseguiu alguns recursos com amigos, como o Diomício Freitas, com o governo e com o ex-prefeito Edgar Zomer e fomos em frente. Só que eu nunca tinha feito aquilo. Mas, resolvi tocar em frente e ainda em 80 fiz as minhas duas primeiras obras no paredão, a título de ensaio, para ver se, realmente, dava resultado. Como ficou bonito, resolvi tocar o barco.

AL Notícias – Como foi a idealização desse magnífico trabalho?

Zé Diabo – Conte com o apoio do então governador Esperidião Amin e de 1983 para cá estive vinculado à Fundação Catarinense de Cultura. A obra estava andando mas em 1989 tive de parar quando trocou o governo. Até mesmo no mandato de Pedro Ivo Campos fiquei trabalhando aí, mas comecei a ser prejudicado por políticos locais, pois eu estava mais na mídia do que eles. Eles queriam construir a rodoviária nas imediações e não valorizaram a obra. Com a morte do Pedro Ivo, entrou o Casildo Maldaner, onde a diretora da Fundação foi Zuleika Lenzi. Ela me chamou lá e disse que o governo não poderia mais bancar minha obra e rescindiu o meu contrato.

AL Notícias – Então parou por aí?

Zé Diabo – No paredão de Orleans, sim. Fui trabalhar com pinturas e restaurações em igrejas e acabei indo para Sombrio, onde fiquei trabalhando no interior da igreja matriz local, fazendo trabalhos de pinturas e esculturas no teto e colunas. Enfim, foi a última grande obra que fiz. Depois retornei para Orleans onde realizei mais dois ou três trabalhos.

AL Notícias – Embora você tenha 73 anos e esteja aposentado, não pensa em dar continuidade ao projeto das esculturas do paredão?

Zé Diabo – Não tenho mais condições e nem saúde para trabalhar mais com esse projeto. O que pode acontecer é de colocar três rapazes que conhe-

ço e que aprenderam comigo a arte de esculpir em pedra e eu estar ali para assessorá-los. Mas o difícil é conseguir recursos ou o Poder Público encampar ou bancar isso. Eles acham que existem outras prioridades e que arte e cultura não dão voto. Já fiz essa proposta para a administração anterior, do Adolar Librelato, o Lali, mas ele não se importou. Só ficou em promessas.. Não vislumbro mais que os políticos tenham essa sensibilidade. Portanto, isso é apenas um sonho.

AL Notícias – Desde 2002, o acesso às esculturas ficou melhor com a pavimentação e a prefeitura tem dado um tratamento diferenciado no visual ao redor. Ficou melhor assim?

Zé Diabo – Ficou sim. Antes a estrada era de chão batido e não recebia a atenção devida do Poder Público. Mas poderia ficar melhor ainda se fizessem uma infraestrutura para receber o turista.

AL Notícias – Para finalizar, o apelido Zé Diabo. É contrastante com os trabalhos que você faz pois são cenas bíblicas que vão desde a criação

do homem até a passagem do Mar Vermelho?

Zé Diabo – Fui convidado para pintar um quadro no interior de uma capela em Grão-Pará. A capela até já foi demolida e chamava-se São Miguel Arcanjo. O quadro era a figura da luta entre São Miguel e o Diabo. Como o meu nome é José e fiquei conhecido como o pinto que pintou o diabo, o apelido acabou pegando.

“Não tenho mais condições e nem saúde para trabalhar mais com esse projeto”

Executivo presta contas de metas fiscais

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o secretário da Fazenda Max Bornholdt, o diretor da Contabilidade Geral do Estado, Vanderlei Pereira das Neves e o diretor da Dívida Pública do Estado Gerson Pedro Berti fizeram na quarta-feira (22), exposição sobre as metas fiscais dos 1º e 2º quadrimestres, em audiência pública da Comissão de Finanças. Foram explicados os números referentes à execução orçamentária, receita corrente líquida, despesa de pessoal do Estado (por Poder e Órgão), serviços terceirizados, resultado primário, despesas constitucionais com educação e saúde, restos a pagar, dívida fundada interna e externa, limite de operações de crédito, de endividamento, de capacidade de pagamento, das garantias concedidas e ajus-

tes fiscais.

O deputado Antônio Carlos Vieira (PP) - *Vieirão*, questionou o não atendimento de itens das metas fiscais como as despesas na área de saúde (investimento menor que o devido); se no item de despesa de pessoal estavam incluídas as despesas com pensionistas e se, desta maneira, os gastos com pessoal ainda estariam dentro do limite prudencial de 46,55%, pedindo também que confirmassem o aumento de arrecadação.

Berti informou que, no período referente aos 1º e 2º quadrimestres não foi realizada nenhuma operação de crédito em decorrência do Estado estar com sua capacidade de endividamento esgotada. "Para realizar novas operações seria necessária a negociação de prazos de carência", disse Berti. (SD)



Na mesa, Berti e deputado Ceron. Em pé, deputado Vieirão

Prazos para Orçamento de 2004 e PPA

Foi definido na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), presidida pelo deputado Antônio Ceron (PFL), o cronograma para a tramitação do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e do Orçamento Estadual do próximo ano. O relator do PPA, deputado Jorginho Mello (PSDB), apresentará parecer preliminar no próximo dia 29, abrindo prazo para apresentação de emendas parlamentares até o dia 10 de novembro. O relatório final que irá à votação em plenário, será apresentado e votado na Finanças no dia 26 de no-

vembro.

Já o relator da peça orçamentária, deputado Ceron, definiu o dia 4 de novembro para apresentação do parecer preliminar. Os parlamentares terão até o dia 17 de novembro para encaminhar as emendas. O parecer definitivo será apresentado e analisado na Comissão no dia três de dezembro. Após publicados os pareceres do PPA e Orçamento, as matérias serão incluídas na pauta de votação e discussão em turno único em plenário, no prazo de até seis sessões. (SD)

Agenda

Dia 27, 18 h - Sessão solene em homenagem aos 50 do Lionismo em Santa Catarina

Local: Plenário

Dia 27 a 31 - Semana do Funcionário Público

Local: Plenarinho

Dia 28, 17 h - CPI da Dívida Pública - depoimento do presidente do TCE, Salomão Ribas Júnior

Local: Sala das Comissões

Dia 30, 15 h - Audiência pública da Comissão de Agricultura - "Demarcação de áreas indígenas"

Local: CTG Seara e Pampa, Seara.

Dia 31, 8 h - Conferência Estadual do Meio Ambiente

Local: Plenário

Ministério Público apresenta plano de ação

Com a presença dos deputados, promotores de Justiça e procuradores do Ministério Público Estadual (MPE), o Procurador Geral de Justiça de Santa Catarina, Pedro Sérgio Steil, apresentou dia 22, em sessão plenária especial, o Plano Geral de Atuação (PGA) da instituição, que traça as políticas e prioridades para o período de 12 meses, de setembro de 2003 a setembro de 2004.

O PGA foi elaborado com base nas demandas sociais apontadas em reuniões entre a sociedade civil e promotores de Justiça e as ações serão detalhadas e efetivadas através dos nove Centros de Apoio Operacional (Moralidade Administrativa, Meio Ambiente, Consumidor, Cidadania e Fundações, Infância e Juventude, Ordem Tributária, Criminal, Investigações Especiais e Controle da Constitu-



Plano de atuação foi apresentado em sessão especial

cionalidade). Steil destacou em seu pronunciamento que a carência de recursos para infra-estrutura enfrentada pelo MPE impõe o desafio de selecionar as prioridades para cumpri-las com eficiência de resultados para a sociedade. De acordo com ele, há um déficit de 88 promotores e procuradores em relação à

estrutura do Tribunal de Justiça, comparativamente ao quadro de juizes e desembargadores. "Tradicionalmente, quando se criavam novas comarcas no Estado, era aberta uma vaga de promotor de Justiça para cada juiz. Hoje, não conseguimos acompanhar a expansão do Judiciário. Há um descompasso", avaliou. (MMV)

Aprovados em Plenário

Revisão salarial do MP

Foram aprovados em segundo turno os projetos de leis complementares (PLC) de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que fixam o índice de revisão salarial aos servidores do Ministério Público de Santa Catarina e estabelecem concessão do abono. O primeiro estabelece aumento de 1%, retroativo a primeiro de agosto deste ano e o segundo garante o abono de R\$ 100 aos servidores que ganham até R\$ 6 mil, também desde agosto.

- **PL 266/03** - de autoria do governo do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor das secretarias estaduais da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, da Organização do Lazer e Fundo Estadual de Saúde, no montante de R\$ 96,595 milhões.

- **PL 117/03** - também governamental, que aprova alterações ao Plano Plurianual 2000/2003, para adequar a codificação das ações em virtude do remanejamento orçamentário autorizado pela Lei Complementar nº 243/03

e adequar a necessidade orçamentária advinda da criação das 29 secretarias regionais.

- **PL 90/03** - de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que estabelece a obrigatoriedade do uso de equipamento para identificação de dinheiro falso pelos estabelecimentos bancários, em todo o território catarinense, sendo nos casos de saques e ou pagamentos, deverá ser efetuada a conferência na presença do cliente.

- **PL 76/03** - de autoria do deputado Valmir Comin (PP), dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 12.200, que dispõe sobre incentivos à geração de energia elétrica alternativa. Desta forma o "Poder Executivo incentivará a geração de energia alternativa fotovoltaica, solar, térmica, a gás natural, biogás, carvão mineral, biomassa, de pequenas centrais hídricas de até 5 MW e eólica com vistas a proteger o meio ambiente, aumentar a eficiência na utilização das energias convencional e alternativa bem como na produção e redução de custos para consumidor". (DAB)

Museu ao Ar Livre: uma volta ao passado

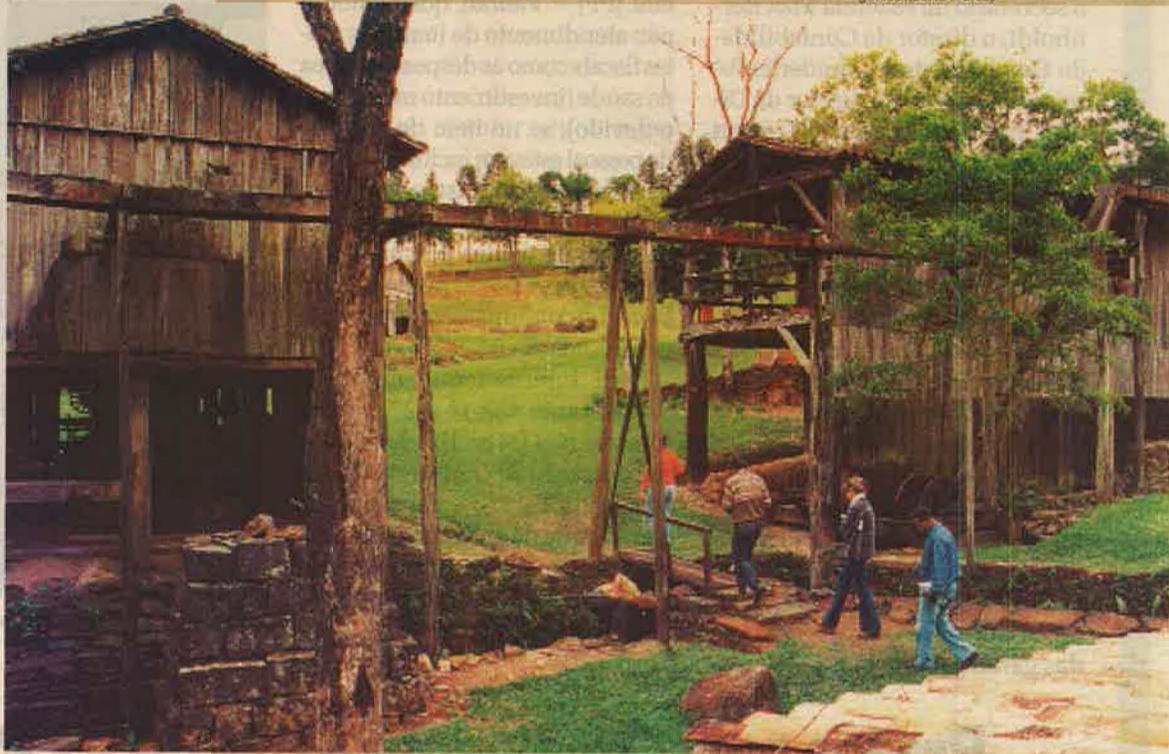
(fotos Alberto Neves)

Carlos Agne

Instalado numa bucólica paisagem junto a rodovia SC-438, que liga Orleans a Braço do Norte, no Sul do estado, o Museu ao Ar Livre, o único do gênero na América Latina, é um verdadeiro retorno ao passado, levando o visitante recordar a colonização dos italianos em Santa Catarina. O idealismo do Padre João Leonir Dall'Alba em resgatar e preservar a história dos principais núcleos dos colonizadores estimulou e entusiasmou governantes e a sociedade local, nascendo assim essa grande obra que destaca Santa Catarina como o paraíso pelas lindas paisagens que servem de colírio aos olhos de quem a vê.

O Museu ao Ar Livre está inserido numa área de 20 mil metros quadrados, mantido pela Febave - Fundação Educacional Barriga Verde, e é uma obra que

resgatou na região, um acervo sobre os primeiros tempos da industrialização, desenvolvido pelos mais diversos grupos étnicos que colonizaram nossas terras. Além das pequenas indústrias instaladas, o local conta a história dos antepassados numa espécie de colônia, com unidades que mostram desde a casa do colono, a capela, estrebaria, ferraria e cantina onde fabricavam o vinho, e o alambique onde faziam a cachaça, o engenho para a fabricação da farinha de mandioca, tendal de parreira para a produção de uva, galpão com os meios de transportes utilizados na época, engenho para a fabricação do açúcar, olaria, oficina artesanal, carpintaria e sapataria, tecelagem, marcenaria, serraria, galpão para beneficiamento de cereais, lago com a balsa Tudo todas com seus equipamentos em condições de funcionamento, até mesmo a roda d'água que era usada para geração a energia elétrica.



Instalação ocorreu após enchente de 1974

O Museu ao Ar Livre constitui-se hoje num referencial da cultura orleanense e da região Sul do estado, pela importância de seu acervo que na verdade resgata todas as fases da colonização. Foi idealizado em 1974, pelo padre João Leonir Dall'Alba, do Seminário São José, por ocasião da catastrófica enchente de 23 de março daquele ano. A destruição causada pela enchente inviabilizou a maior parte das indústrias rurais que ainda funcionavam movidas a força hidráulica e animal. A reconstrução daquelas unidades, engenhos, atafonas e serrarias, ocorreria com base em recursos de um outro estágio tecnológico - a energia elétrica. Pouco sobrarria, como na verdade ocorreu, daquelas unidades tra-

dicionais movidas a boi ou por rodas d'água alimentadas pelos açudes. Havia necessidade de uma ação imediata e de certa envergadura. O que realmente aconteceu: foi inaugurado a 30 de agosto de 1980. No processo de construção do museu, esteve sempre presente a preocupação de respeitar as técnicas construtivas tradicionais. A distribuição das unidades foi feita de modo a permitir uma visitação proveitosa e uma boa visualização do conjunto. Nem tudo foi doado, como nem tudo foi comprado. A verdade é que a soma dos esforços, a captação de recursos e o enorme volume de peças conseguidas por doação permitiram a concretização deste empreendimento que é ainda hoje único na América Latina e um dos raros existentes no mundo.



Oficinas de artesanato funcionam durante horário de visitação

Faculdade de Museologia nasceu do Museu

A partir do próximo semestre, o município de Orleans, terá sua faculdade de museologia, a primeira do Sul do país e a terceira existente no Brasil. A luta para chegar à conquista desse curso partiu de abnegados intelectuais da região, liderados pelo professor Celso de Oliveira Souza, que defende a cultura e o patrimônio cultural como fatores importantes de desenvolvimento social e econômico. Ele entende que a formação de profissionais para trabalhar na área de museologia é uma necessidade urgente no país, e a oportunidade da im-

plantação do curso na região vai propiciar a formação de profissionais capacitados para lidar de forma crítica e comprometida com as questões de preservação e divulgação do patrimônio em instituições culturais e educacionais.

Restauração - Aproveitando a riqueza natural da região e o fato da existência de milhares de descendentes italianos, o Instituto Per L'Arte, de Firenze, Itália, realizou reunião no Museu da Imigração, localizado junto ao Museu ao Ar Livre, através do seu diretor, Andre Papi, onde co-

locou à disposição dos descendentes natos ou italianos com dupla cidadania, um curso de restauro de imagens sacras e documentos, custeado pelo Ministério del Lavoro daquele país. O curso tem a duração de 600 horas/aula e será concretizado após o Instituto receber as moções de apoio de entidades e/ou instituições, que serão encaminhadas ao Consulado da Itália. "Existe uma grande necessidade de profissionais na área de restauro em muitas cidades catarinenses. Esperamos que esta seja mais uma conquista", observa Celso Souza.



Equipamentos do museu recebem restauração na presença de estudantes